

Cardeal Rossi e a recepção do Vaticano II em São Paulo

Cardinal Rossi and the reception of Vatican II in Sao Paulo

Ney de Souza

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar aspectos da recepção do Concílio Vaticano II na arquidiocese de São Paulo. Para isto seguiu a seguinte metodologia: apresentar o personagem primeiro da recepção, o cardeal Rossi, o conceito teológico de recepção e as atividades do arcebispo como início da recepção conciliar. Os fatores anteriores ao Concílio e as atividades durante o Vaticano II estão no conjunto das ações para um possível alinhamento pastoral em São Paulo à teologia conciliar. O personagem necessita deste conjunto para o desdobramento de sua ação pastoral. O estudo, ao apresentar esta temática, pretende não somente enriquecer com o conhecimento histórico do passado, mas também oferecer à instituição religiosa no tempo presente uma reflexão sobre a sua ação nos desdobramentos do Concílio no contexto latino-americano e, mais preciso, paulistano da atualidade.

Palavras-chave: Cardeal Rossi. Teologia da recepção. Vaticano II. São Paulo.

Abstract

The purpose of this article is to present aspects of the reception of the Second Vatican Council in the archdiocese of São Paulo. The following methodology was used: to present the first character of the reception, Cardinal Rossi, the theological concept of reception and the activities of the archbishop

as the beginning of the conciliar reception. The factors prior to the Council and the activities during Vatican II are the set of actions for a possible pastoral alignment in São Paulo to the conciliar theology. The character needs this set for the unfolding of this pastoral action. The present study, is not only enriching with the historical knowledge of the past, but also offering to the religious institution in the present time a reflection on its actions in the unfolding of the Council in the Latin American context and, more precisely, of the present-day Paulista.

Keywords: Cardinal Rossi. Theology of the Reception. Vatican II. São Paulo.

Introdução

Este artigo está organizado em duas partes que se entrelaçam. A primeira apresenta o personagem: Agnelo Rossi, cardeal arcebispo de São Paulo (1964-1970). O historiador Benito Schmidt afirma que “a importância da atuação do indivíduo biografado em determinado contexto parece legitimar a investigação sobre sua vida...”.¹ Ainda observa que “sempre houve um público leitor ávido por biografias, seja em busca de modelos (ou contra modelos) de conduta... tal interesse parece ter se acentuado na atualidade”.² Portanto, este texto apresentará aspectos biográficos do cardeal Rossi ligados à recepção do Concílio Vaticano II (1962-1965) em São Paulo, sendo esta a segunda parte deste estudo. Esta segunda parte desenvolve uma breve definição sobre o conceito teológico de recepção, verificando se este conceito se tornou realidade nas atividades do arcebispo paulistano que serão apresentadas neste item. A pesquisa não entrará em outro aspecto da ação do cardeal Rossi que é sua relação com a ditadura militar.

O filósofo Gadamer afirmou que o indivíduo sem horizontes sobrevaloriza o presente, enquanto aqueles que os têm são capazes de perceber o significado relativo do que está perto e longe, daquilo que é grande e pequeno.³ Deste modo, ao realizar o estudo do personagem e suas atividades, será possível verificar que, “como na navegação, fatos distantes são mais eficientes na história do que fatos próximos no sentido de nos dar posicionamento mais

¹ SCHMIDT, B., História e biografia, p. 195.

² SCHMIDT, B., História e biografia, p. 187.

³ GADAMER, H. G., Truth and Method, p. 269.272.

preciso”.⁴ O objetivo maior, portanto, é estar no presente e analisar o passado, obtendo possibilidades mais eficazes de ações pastorais no presente, realizando continuidades ou descontinuidades de acordo com o protagonismo presente, mas tendo no passado analisado uma possibilidade de enorme pertinência para as posturas assumidas na atualidade.

1. O personagem

Dom Agnelo Rossi é o quarto arcebispo e o segundo cardeal de São Paulo. Assumiu a arquidiocese no dia 01 de novembro de 1964. O Brasil passava a viver num clima de agitação política e social, que contrastava com o temperamento tranquilo e sereno que o sucessor do cardeal Motta desejava que marcasse seu ministério pastoral. Era o primeiro ano do terrível golpe e regime militar ditatorial (1964-1985).

Seus pais, Vicente Rossi e Vitória Colombo, eram imigrantes italianos, haviam chegado ao Brasil em 1912, com um filho pequeno. Quando desembarcaram em Santos, Vitória estava grávida de Agnelo, que nasceu no dia 4 de maio de 1913, na localidade paulista de Joaquim Egídio, região de Campinas. Nesse lugar, Vicente se estabeleceu como latoeiro. Agnelo foi batizado no Arraial de Sousas no dia 13 de agosto do mesmo ano. Aos 9 anos, em 1922, a família muda-se para a vila de Valinhos. Agnelo estuda e é admitido como coroinha na paróquia local de São Sebastião.⁵

Seu ingresso no Seminário Diocesano Santa Maria, em Campinas, seria no dia 26 de janeiro de 1926. No dia 7 de outubro de 1933, uma surpresa: o reitor do seminário, Monsenhor Emilio Jose Salim, avisava ao seminarista Agnelo que fora escolhido para ser o representante de Campinas na fundação do Colégio Pio Brasileiro, em Roma. Ao seminarista foram dados dez dias para pedir autorização aos pais, providenciar o passaporte, arrumar as malas e embarcar no navio *Conte Grande*. Os estudos do futuro cardeal seriam concluídos na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Nesta cidade foi ordenado padre no dia 27 de março de 1937, na Basílica São João de Latrão pelo cardeal Luigi Traglia.⁶ Escolheu a cidade de Lagonegro, na montanhosa região da Basilicata, para celebrar a sua primeira missa. Na igreja da Santíssima

⁴ MURRAY, A., *Religion Among the Poor In Thirteenth Century France*, p. 285-324.

⁵ DIAFÉRIA, L., *A caminhada da esperança*, p. 151; SOUZA, N., *Catolicismo em São Paulo*, p. 491-492.

⁶ ALBANEZ, J., *Chancelaria do Arcebispado de São Paulo*, p. 31.

Trindade seus pais haviam sido batizados, feito a primeira comunhão, casado, e de lá partido para o Brasil.

A tese de doutoramento de Rossi sobre o *Protestantismo no Brasil* foi interrompida quando se decidiu sua volta ao Brasil, à Campinas. A sua pesquisa seria útil mais tarde para a organização em São Paulo do Secretariado Nacional da Defesa da Fé. Ainda fez outras duas especializações: *Ação Católica*, em Rosário e Buenos Aires (Argentina), *Catequese*, no Texas (Estados Unidos). No Brasil, antes do episcopado, ocupou vários cargos: secretário do bispo de Campinas, D. Francisco de Campos, assistente da Ação Católica, professor no seminário Central, catedrático de Filosofia na Faculdade de Campinas. Aí desempenhou o cargo de Vice-Reitor da Universidade Católica. Em 1947 já era cônego catedrático e em 1953 recebeu o título de Camareiro secreto do papa Pio XII.

No dia 15 de abril, o padre Agnelo Rossi recebe a sagração episcopal na catedral de Campinas. A sua experiência pastoral na Baixada Fluminense será de grande importância para seu futuro ministério em São Paulo. Nova Iguaçu, então pertencia à diocese de Barra do Piraí, tinha 100 mil habitantes, 2 mil terreiros e apenas uma paróquia.⁷ Dom Agnelo organiza e estimula a criação de grupos leigos para a catequese, um dos objetivos era uma frente de cruzada para combater outras denominações religiosas. O Vaticano II tratará esta questão relativa às outras denominações religiosas e a outras religiões num outro formato, o diálogo. As atividades no interior do Rio de Janeiro serão de enorme relevância na sua trajetória futura, especialmente a atribuição de serviços ao laicato, a diversidade religiosa e os desafios para a ação pastoral numa área geográfica ampla de enorme população.

Em setembro de 1962, assume o arcebispado de Ribeirão Preto. Trabalha para a criação das dioceses de Franca e São João da Boa Vista. Junto a esse trabalho no interior de São Paulo participou de organismos latino-americanos, como o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), a Liga de Estudos Bíblicos e outras associações religiosas dos Estados Unidos e do Canadá. Em novembro de 1964 foi eleito para a presidência da CNBB (seu mandato de presidente foi de 1964 a 1968), obteve 123 votos contra 50 votos dados a D. Fernando Gomes, que oficiosamente era tido como o novo Presidente da Conferência. No mesmo ano, durante a terceira sessão do Vaticano II, em

⁷ ROSSI, A., Flores em meus 50 anos de sacerdócio, p. 15.

Roma, foi nomeado para a arquidiocese de São Paulo. D. Agnelo participou das 4 sessões do Concílio.⁸

No dia 22 de outubro de 1970, D. Agnelo Rossi se afasta da Arquidiocese de São Paulo para exercer suas novas funções na Cúria Romana, permanecendo ali durante 23 anos. O cardeal foi chamado pelo papa Paulo VI para cumprir novas tarefas no Vaticano, assumindo em 1970 a então Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos (*Propaganda Fide*). Despediu-se de São Paulo em carta publicada no jornal *O São Paulo*.⁹ Na carta, o novo membro da Cúria Romana, ressalta a sua estima pelos mais necessitados, tanto os carentes material como espiritualmente. Não esqueceu de enumerar as suas obras na arquidiocese: a criação da diocese de Jundiá e as divisões da imensa arquidiocese em regiões episcopais. Fez uma afirmação sobre o novo arcebispo D. Paulo Evaristo: "...meu sucessor e íntimo colaborador, o caríssimo D. Paulo Evaristo Arns, apreciado e amado em toda Arquidiocese, poderá fazer ainda melhor que este vosso pobre e modesto servo".¹⁰

Na imprensa as manchetes demonstravam a desconfiança de que a saída de D. Agnelo tivesse sido motivada por questões políticas. Jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, e os italianos *Il Messagero* e *Il Resto Del Carlino* apresentavam uma série de fatos como possível explicação. Afirmavam que a transferência do cardeal tinha um sentido de remoção; que D. Agnelo e o cardeal Villot (secretário de Estado) haviam tido uma entrevista difícil em Roma; que havia contradição entre as declarações do papa e do arcebispo a respeito do Brasil e que a posição do cardeal frente à situação nacional da ditadura militar desagradou o papa Paulo VI; que uma minoria da cúpula da CNBB estaria disposta a agir à revelia e contra o manifesto desejo do episcopado para defender seus interesses de grupo.¹¹ Um conjunto de fontes importantes para desvelar e debater essa situação, ainda não disponíveis, estão no Arquivo Secreto do Vaticano.

Os jornais insistiam com as insinuações quanto às motivações políticas da transferência do arcebispo. No dia 31 de outubro o jornal *O São Paulo*, da arquidiocese de São Paulo publicou uma nota do próprio cardeal Rossi

⁸ SOUZA, N., *Catolicismo em São Paulo*, p. 492-493.

⁹ ROSSI, A., *Despedida*, p. 3.

¹⁰ ALBANEZ, J., *Chancelaria do Arcebispado*, p. 47.

¹¹ SOUZA, N., *Catolicismo em São Paulo*, p. 518.

tentando encerrar os comentários e responder à pergunta da grande imprensa sobre o caráter político de sua designação para Roma.

Não envolve qualquer sentido político entre aspas, mas sim a política com P maiúsculo. A política do bem do povo e da Igreja, que é levar para Roma um prelado com experiência, talvez mesmo se pudesse dizer, o sangue novo, para dar uma contribuição positiva, despertar o sentimento missionário, levar ajuda, despertar os povos, apontar soluções e iniciativas.¹²

Embora estivesse indo para Roma para ser ministro da Igreja, a transferência do cardeal Rossi chamava mais a atenção pela rapidez de como aconteceu do que pelo alto cargo que assumiria no Vaticano. Privado de relacionamento cordial com os militares, o cardeal evitava o enfrentamento com o Estado, o que naquele momento era difícil, dada à intensificação das arbitrariedades impostas pelo regime militar. Ainda na edição do jornal *O São Paulo* de 31 de outubro de 1970, o cardeal Rossi publicava uma carta de despedida.

Felizmente não preciso apresentar à Arquidiocese de São Paulo o meu sucessor. Mais que conhecido, ele é querido. Pedi aos veículos de publicidade para que fossem à região episcopal norte e vissem o apreço do povo e as obras do que será empossado, dia 1 de novembro, às 17h, na Catedral Metropolitana... os fatos falam mais eloquentemente que as palavras. Nas mãos de D. Paulo confio tranquilamente os destinos da Arquidiocese de São Paulo.¹³

Anos depois voltou para o Brasil com sua saúde comprometida. Faleceu no dia 21 de maio de 1995 em Campinas, onde pediu para ser sepultado no santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, cuja construção foi sua última promessa.¹⁴

¹² ROSSI, A., Despedida, p. 3.

¹³ ROSSI, A., Despedida, p. 3.

¹⁴ DIAFÉRIA, L., A caminhada da esperança, p. 153.

2. Tempos de recepção do Vaticano II em São Paulo

2.1. Recepção, o conceito teológico

A recepção¹⁵ sob perspectiva teológica ultrapassa o conceito clássico que se refere a mera “aceitação pelas Igrejas locais de decisões eclesiais particulares ou conciliares”.¹⁶ Assim, “processos de recepção se tornam expressão amadurecida da fé, e não simples atos de obediência”.¹⁷ Yves Congar aponta a formação do cânon bíblico como uma das experiências básicas de recepção na vida da Igreja primitiva. Da multiplicidade dos testemunhos escritos primitivos, são recebidos como Escritura Sagrada aqueles, cujos conteúdos são reconhecidos como fiel anúncio apostólico. Um processo longo e complexo que arrastou dos primeiros tempos da Igreja até o Concílio de Trento (1545-1563).¹⁸ Para Christoph Theobald ninguém deve se surpreender que após o Concílio as instituições se tornem “lugares de conflitos onde se manifesta a extraordinária dificuldade de pôr em prática o que era afirmado pelo Concílio em termos de princípio”.¹⁹ A recepção oficial do Concílio será substituída por uma recepção prática “que parte das comunidades locais ou das tradições culturais das Igrejas particulares”.²⁰ E um dos grandes estudiosos deste tema da recepção, Giles Routhier, afirma que somente acontece a recepção quando as decisões são acolhidas e assimiladas na vida de determinada Igreja particular e assim sendo será expressão de fé apostólica.²¹

A experiência da recepção vivida na diversidade das situações concretas ao longo da história precedeu a reflexão teológica acerca de tal fenômeno. Mesmo sem uma sistematização clara, atos de recepção, e conseqüentemente, de não-recepção, são percebidos por todo o espectro temporal da história cristã. Determinações eclesiais, linhas de espiritualidade, liturgia, correntes teológicas, leis canônicas, dificilmente se encontrará um aspecto do

¹⁵ SOUZA, N.; SOBRINHO, F. C. D., Vaticano II e aspectos de sua recepção no ABC paulista, p. 361-363.

¹⁶ PINHO, J. E. B., A recepção como realidade eclesial e tarefa ecumênica, p. 26.

¹⁷ PINHO, J. E. B., A recepção como realidade eclesial e tarefa ecumênica, p. 28.

¹⁸ CONGAR, Y., A recepção como realidade eclesiológica, p. 886-907.

¹⁹ THEOBALD, C., A recepção do Concílio Vaticano II, p. 42.

²⁰ THEOBALD, C., A recepção do Concílio Vaticano II, p. 42.

²¹ ROUTHIER, G., La réception d'un concile, p. 69.

cristianismo que não esteja sujeito a esta experiência de recepção. Se enquanto acontecimento, a recepção é uma constante na vida da Igreja, como reflexão sistemática, é um campo de pesquisa recente, impulsionada principalmente pelo Concílio Vaticano II. Congar, em 1972, desenvolve seu pensamento e com o seu trabalho canoniza a recepção enquanto categoria teológica.²² Para o dominicano francês, recepção é “o processo pelo qual um corpo eclesialístico faz verdadeiramente sua uma determinação que ele não deu a si próprio, reconhecendo na medida promulgada, uma regra que lhe convém a vida”.²³ Brighenti²⁴ escreve um dos únicos textos sobre recepção na realidade brasileira. É uma novidade, de fato, a reflexão sobre a teologia da recepção, um imenso campo a ser explorado: Igreja em seu aspecto recepcional.

O fenômeno da recepção de um concílio comporta certa complexidade, pois cada contexto sócio eclesial apresenta peculiaridades que o faz mais aberto ou não a determinadas novidades emanadas de tal evento. Sob este ponto de vista afirma Catão que “à medida que se pensar a Igreja não apenas como uma estrutura jurídica abstrata, mas como uma realidade histórica concreta, uma sociedade real, a recepção dos princípios que a regem desempenha nela função insubstituível”.²⁵

A renovação conciliar é uma virada copernicana na eclesiologia, como afirma Congar. Sua eclesiologia, centralidade do Vaticano II, entra numa nova dimensão de sua existência: o espírito e a orientação da eclesiologia conciliar salientam que, ainda que a Igreja exista em si mesma, não existe para si mesma. Existe para Deus e existe para levar o mundo para Deus.²⁶ A seguir serão apresentados aspectos da recepção do Vaticano II na Igreja local de São Paulo, no bispado de D. Agnelo Rossi, verificando se o pensamento e ação deste biografado são de uma recepção aplicação ou se vai além levando em consideração a sua realidade local e a história da Igreja na América Latina.

2.2. A recepção do Vaticano II em São Paulo

A participação do arcebispo no Concílio Vaticano II contribuiu para uma renovação parcial da vida eclesial em São Paulo, o impulso grandioso a

²² CONGAR, Y., A recepção como realidade eclesiológica, p. 886.

²³ CONGAR, Y., A recepção como realidade eclesiológica, p. 887.

²⁴ BRIGHENTI, A., O processo de recepção de um Concílio na Igreja, p. 41-56.

²⁵ CATÃO, F. A. C., O perfil distintivo do Vaticano II, p. 104.

²⁶ CONGAR, Y., Un Pueblo messiânico, p. 23.

esta recepção será dado nos anos 70 durante o bispado de D. Paulo Evaristo Arns.²⁷ O Vaticano II possibilitou um espaço dos católicos na participação da Igreja paulistana. A maior mudança foi à compreensão do sentido de Igreja, Igreja Povo de Deus, uma mudança eclesiológica. Os capítulos III e IV da Constituição *Lumen Gentium* (LG) descrevem a estrutura orgânica da Igreja. Quando se refere aos leigos, afirma que a eles “compete por vocação procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus”.²⁸ Os leigos começaram a assumir diversas atividades, inclusive dirigindo celebrações da Palavra. Apesar do conservadorismo do cardeal Rossi, foi possível implantar muitas das reformas do Concílio. O aumento da repressão por parte da ditadura militar em 1968 reduziria o apoio de setores da Igreja ao governo. O arcebispo mantinha uma postura conciliatória, mas divergências internas, inclusive na CNBB, levaram à substituição na arquidiocese. Neste ano, segundo o anuário diocesano, havia 329 padres seculares em São Paulo.

O cardeal Rossi criou o Instituto Paulo VI, que passou a funcionar como centro bíblico litúrgico e de espiritualidade. Os temas ligados à Sagrada Escritura e à liturgia eram fortíssimos por ocasião do Vaticano II. A Constituição *Dei Verbum* é resultado de um caminho de amadurecimento num longo processo histórico, tendo influência das encíclicas *Providentissimus Deus* (1893), de Leão XIII; *Spiritus Paraclitus* (1920), de Bento XV e *Divino Affante Spiritu* (1943), de Pio XII. A reflexão estava girando em torno do devido valor que deveria ser dado à Escritura. No Proêmio da *Dei Verbum* se destaca o seu objetivo: “propor a genuína doutrina sobre a Revelação divina e a sua transmissão, para que o mundo inteiro, ouvindo, acredite na mensagem da salvação, acreditando, espere e, esperando, ame”.²⁹ De outra parte, a renovação da liturgia era uma exigência unânime, consequência das transformações trazidas pelo movimento litúrgico iniciado no final do século XIX. Logo no início a Constituição *Sacrosanctum Concilium* (SC) sustenta que “a liturgia contribui em sumo grau para que os fiéis expressem na vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja, que é simultaneamente humana e divina”, e ainda, “dotada

²⁷ BRIGHENTI, A.; TAMAYO, J. J. (Orgs.), Dom Paulo, testemunhos e memórias sobre o cardeal dos pobres, p. 41.49.

²⁸ LG 31.

²⁹ DV 1.

de elementos invisíveis, empenhada na ação e dada à contemplação”.³⁰ Como resultado deste pensamento conciliar, o cardeal Rossi estendeu a celebração comunitária da eucaristia a mais de trinta grupos de imigrantes em sua própria língua³¹ e dividiu a arquidiocese em sete regiões episcopais: Centro, Norte, Sul, Leste, Oeste (está subdividida em Lapa e Osasco) e Rural. Cada uma das regiões era dirigida por um vigário episcopal.

D. Agnelo escrevia que “sem pestanejar afirmo: a maior graça para a Arquidiocese de São Paulo, em 1966, foi a descentralização do governo arquidiocesano em regiões episcopais, que repercutiu favoravelmente em todas as atividades pastorais”.³² O arcebispo afirmava que seu intuito era atualizar a arquidiocese de São Paulo à luz do Concílio Vaticano II, mas,

...este recurso direto às fontes conciliares não agradou a alguns colaboradores mais ligados ao Regional da CNBB, como se fosse pouco caso ou negação do Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB, elaborado aliás antes mesmo da conclusão do Concílio e que, naturalmente, só conserva valor naquilo que concorda com o Concílio. Não percamos mais tempo com esses que desejam impor sua linha para a hierarquia e digamos como se processou o estudo dos documentos conciliares para sua aplicação na Arquidiocese.³³

As críticas de D. Agnelo seguem no que diz respeito à atuação pastoral. Afirmava que na arquidiocese, afora esta divisão clerical, não havia oficialmente nenhum Plano de Pastoral de Conjunto, não se seguia o Plano de Emergência da CNBB. Os Planos de Pastoral irão surgir no bispado de D. Paulo Evaristo Arns (1970-1998).³⁴ O arcebispo relata que os sacerdotes atuavam como bem entendiam, mas em grande dispersão de forças. As críticas radicais continuam quando afirmava que o sintoma de mal-estar seguia, pois, os sacerdotes não se conheciam, não eram visitados e nem mesmo recebidos, por culpa dos que circundavam o seu antecessor. Os retiros, que seriam ocasião para a conciliação, não eram atrativos para os padres que procuravam escapar o máximo possível. O arcebispo confirma que seu plano para o clero era uma centralização em

³⁰ SC 2.

³¹ SC 36.54.27 respectivamente.

³² ROSSI, A., Chancelaria do Arcebispado, Anotações, p. 24.

³³ ROSSI, A., Chancelaria do Arcebispado, Anotações, p. 28.

³⁴ SOUZA, N., Catolicismo em São Paulo, p. 538-550.

suas mãos, buscando a união, a conciliação e um trabalho pastoral dentro das determinações do Concílio Vaticano II (1962-1965). A intenção do Vaticano II no Decreto *Presbyterorum Ordinis*, era o de ajudar a perceber que a missão do presbítero é universal e exigente, o que demanda ter abertura missionária, saber trabalhar em comunhão, ser criativo e cuidar de si mesmo.³⁵ Certamente, uma preocupação ainda maior no século XXI com os presbíteros é o tsunami clerical que assola a Igreja. A tônica é mais forte no sacerdote e um enfraquecimento da visão do ministério presbiteral.³⁶ A situação é cada vez mais preocupante quando o clericalismo desencadeia um processo de carreirismo.

O arcebispo Rossi, devido às suas preocupações e na adesão ao Vaticano II, assim como fez criando as regiões episcopais, traria uma nova organização para o clero. As reuniões mensais eram, até o momento de sua chegada, desinteressantes pelos assuntos tratados: casos de consciência e alguns avisos. A frequência era mínima. Com os novos temas sobre o Vaticano II, a frequência aumentou. O auditório da Cúria se tornou pequeno e para uma melhor acomodação as reuniões passaram a ser realizadas no salão do Colégio São Bento. Além disso, o clero foi dividido em 11 setores, cada um com o seu coordenador. Além das reuniões trimestrais no setor o clero se reunia com o arcebispo.³⁷ A formação permanente dos presbíteros é um dos formatos de recepcionar o Vaticano II na realidade local.

Portanto, não é nenhuma novidade encontrar declarações do arcebispo afirmando que “havia uma supervalorização teórica da Ação Católica Especializada contrastando com reduzidíssimos grupos e quase somente movimentos de juventude, mais preocupados com problemas sociais do que predominantemente da ação apostólica”.³⁸ Ainda afirmava que movimentos que outrora eram florescentes como os Marianos, Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística, Vicentinos, Damas da Caridade estavam em crise, abandonados e sem assistência religiosa. Em resumo, o laicato se encontrava em estado anêmico e desorganizado sob o ponto de vista do arcebispo. Não havia um Assistente Geral à altura para acompanhar os leigos. O arcebispo constata que procurou dinamizar todas as formas de

...apostolado fiéis à Hierarquia e aguardei a reestruturação do Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos, principalmente quanto a formas

³⁵ GODOY, M., *Presbyterorum Ordinis*, p. 26.

³⁶ SOUZA, N.; TONETI, E. D., 15º Encontro Nacional de Presbíteros, p. 33-38.

³⁷ SOUZA, N., *Catolicismo em São Paulo*, p. 499.

³⁸ ROSSI, A., *Chancelaria do Arcebispado, Anotações*, p. 12.

novas e às outras modalidades, que pouco se importavam realmente de seguir a orientação da hierarquia, criticando-a sistematicamente, mas a ela apelando para sua manutenção e despesas.³⁹

O arcebispo não poupa críticas aos setores de esquerda que além de criticá-lo o buscavam para sua manutenção econômica. É uma outra oportunidade de se perceber as posições tomadas pelo arcebispo e por alguns grupos de leigos na arquidiocese em relação às atividades do catolicismo na sociedade da ditadura militar. Os setores buscavam uma posição eclesial mais incisiva no que concerne às práticas e discursos do arcebispo e da Igreja paulistana em relação às atitudes do regime militar: prisões, torturas e todo tipo de censura e ultraje à dignidade humana. E é evidente que parte do laicato tendo uma prática social realiza a concretização dos desdobramentos do Concílio na América Latina, o que demonstrará a II Conferência do Episcopado latino-americano em Medellín (1968).

Como se poderá constatar nas atividades do arcebispo na maneira de dinamizar alguns grupos e se lamentar por outros. A atividade desenvolvida para dinamizar as associações religiosas se consistia nos seguintes pontos: 1) dar às associações um Assistente Eclesiástico ou Diretor integrado e interessado no movimento e com dedicação integral, 2) atualizar e renovar as diretorias, 3) exigir maior formação de seus membros, 4) apoiá-los em suas iniciativas e campanhas, 5) dar-lhes uma responsabilidade especial num determinado campo do apostolado, 6) fazê-los atuar nas várias regiões episcopais. São atividades muito mais de caráter intraeclesial e pouquíssimas atividades extraeclesiais.

Os grupos que receberam essa dinâmica formam as Conferências Vicentinas e Damas de Caridade, com a assistência de D. Ernesto de Paulo, as Congregações Marianas com o padre Paulo de Souza, jesuíta. As Pias Uniões de Filhas de Maria, com Monsenhor Expedito Marcondes, a Cruzada Eucarística Infantil com o padre jesuíta Otto Fischer, o apostolado da Oração com o também jesuíta Valentim Rossman e a Legião de Maria com o padre Ruy de Mello.

Aqui o arcebispo não poupa suas críticas aos grupos pastorais na arquidiocese e no Brasil que assumiam uma posição diferente daquela adotada por vários membros da hierarquia na sua aliança com o regime militar.

³⁹ ROSSI, A., Chancelaria do Arcebispado, Anotações, p. 26.



Nós que dedicamos a maior parte de nosso ministério à Ação Católica Especializada (19 anos) e a amamos a ponto de, sendo necessário, por ela dar nossa vida, experimentamos, infelizmente, como tantos outros colegas nossos do Episcopado, uma triste decepção quanto à orientação nacional e regional de grupos especializados de Ação Católica, com alguma exceção da J.A.C., J.O.C., A.C.O. e A.C. I., pelas preocupações político-sociais e pela crescente independência da Hierarquia, fechada em pequenos grupinhos, sem maior preocupação de formação espiritual, criticando duramente as outras formas de apostolado e a Hierarquia, taxando-a de alienada e incompetente.⁴⁰

Faz-se necessário admitir que não era tão clara para muitos bispos a *dimensão totalitária* do regime brasileiro de 1964, especialmente porque todos os presidentes se declaram cristãos (o presidente Ernesto Geisel era protestante) e se dizem respeitadores dos direitos das igrejas. Não ajudava a clarear a natureza e o tipo de regime que se estabeleceu no Brasil, a sequência de atitudes e gestos que marcavam as relações entre os representantes oficiais da Igreja e do poder civil. Sem dúvida alguma, um foco que se prestou a manipulações indevidas, se enraíza na visita feita pelo futuro presidente Costa e Silva ao Papa Paulo VI (1967). Na troca de gentilezas de ambos, os discursos apontam para um clima ideal de paz e entendimento que não eram bem o clima brasileiro, como acertadamente insinuava um jornalista do Rio de Janeiro: o marechal teria prometido o fim das pressões e perseguições aos membros da Igreja; em consequência, o papa teria afiançado o apoio da Igreja à propalada humanização da política econômica e social do governo.⁴¹

Em vista do crescimento de São Paulo o arcebispo resolveu organizar uma sociedade que recebeu o nome de *Mater Ecclesiae*.⁴² Agnelo Rossi criou esta instituição, ligada à arquidiocese de São Paulo, para buscar, adquirir terrenos, fazer empréstimos a futuras e novas paróquias para as suas obras a fim de atender, quanto possível da melhor forma à cidade no campo religioso. Nomeado para dirigir esta sociedade foi o padre Pascoal Amato.

Um trabalho realizado pelas paróquias desde a chegada de D. Agnelo foi a Campanha da Fraternidade. O próprio arcebispo lançou a Campanha

⁴⁰ ROSSI, A., Chancelaria do Arcebispado, Anotações, p. 27.

⁴¹ LUSTOSA, O. F., A Igreja Católica no Brasil República, p. 75.

⁴² Planos Diversos (1964-1969), 57-2-65 e Constituição/Atas da Assembleia Geral de 1965, 3-2-22. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

através de sua primeira Carta Pastoral e discurso de saudação aos fiéis. A Carta Pastoral de D. Agnelo divulgada a 8 de dezembro de 1966, por ocasião do primeiro aniversário de término do Concílio Vaticano II, era sobre a aplicação deste Concílio na Arquidiocese de São Paulo. Juntamente com suas anotações que se encontram na Chancelaria do arcebispado se pode relatar o que vem a seguir sobre a sua mentalidade, o cotidiano eclesial e eclesiástico em São Paulo e a ação pastoral do arcebispo. De acordo com Routhier “a recepção querigmática define o conjunto dos esforços empregados pelos pastores para fazer conhecer as decisões de um concílio e para promovê-las eficazmente”.⁴³ A recepção querigmática é seguida pela recepção prática. Para o teólogo canadense a recepção não é somente reprodução de uma série de textos, mas de entrar num processo de transformação eclesiológica. Routhier introduz o termo “infiltração” para distinguir a recepção prática de uma simples aplicação como entendia o cardeal Rossi. Afirma o teólogo que se “a recepção comporta uma parte de aplicação, ela não se deixa circunscrever por essa lógica”.⁴⁴

Nas suas anotações pessoais, o cardeal Rossi afirma que sua disposição é de cumprir as determinações do Vaticano II. “Procurei ser o primeiro a dar o exemplo de obediência ao Concílio e, portanto, tão logo me foi possível, cuidei de aplicá-lo, principalmente com a descentralização do governo arquidiocesano e tornando mais pastoral minha cúria”.⁴⁵ Como já foi relatado, o cardeal dividiu a arquidiocese em 6 regiões episcopais, colocando à frente das mesmas um bispo auxiliar com todas as faculdades que lhes podia conferir. A ideia de recepção conciliar neste texto vai além deste pensamento de obediência que está ligado à reprodução. A igreja no Brasil durante o Vaticano II realizou estudos, Assembleias, organizou documentos e assim, no período pós conciliar o que aconteceria em diversas dioceses brasileiras foi uma recepção prática e criativa do evento conciliar.

2.2.1. *Mater Ecclesiae e Instituto Paulo VI*

Para que o catolicismo pudesse acompanhar todo o desenvolvimento de São Paulo, era necessário adquirir terrenos para futuras paróquias e outras obras em todo o território da arquidiocese. Para isso o arcebispo

⁴³ ROUTHIER, G., La réception d'un concilie, p. 87.

⁴⁴ ROUTHIER, G., La réception d'un concile, p. 93.

⁴⁵ ROSSI, A., Chancelaria do Arcebispado, Anotações, p. 20.

criou o *Mater Ecclesiae*. Seus colaboradores mais próximos foram D. Lafayette, o cônego Pascoal Amato e posteriormente a irmã Maria da Conceição Menezes. Sua preocupação foi comunicada aos bispos auxiliares, vigários episcopais, sacerdotes e, assim foi possível atender a um grande número de solicitações. A ajuda econômica era assim adquirida: 25% ajuda da ADVENIAT, 30% contribuição da arquidiocese (8% da Campanha da Fraternidade e 22% de donativos, principalmente da Igreja de Nossa Senhora dos Enforcados, no bairro da Liberdade) e 45% entrada da comunidade local.

Para completar o serviço às paróquias foi criado o Instituto Paulo VI, destinado a promover a formação de auxiliares paroquiais e pastorais, formação do laicato seguindo muito mais a *Apostolicam Actuositatem*, em que os leigos são o braço da hierarquia. O Instituto precisava de uma sede e para isso o arcebispo adquiriu da Liga das Senhoras Católicas uma propriedade com 7 mil alqueires, em Taboão da Serra, na BR-2 Km 16,5. Muitas pessoas ajudaram a limpar a chácara, arrumar a estrada, construir pontes, pintar e tantos outros serviços para iniciar o funcionamento do Instituto. Juntara-se depois ao padre Sergio Schirato que o arcebispo nomeou para a direção do Paulo VI. A inauguração aconteceu no dia 27 de março de 1967, quando D. Agnelo completava 30 anos de sacerdócio. O Instituto formou um grande número de leigos que ajudaram na formação de outros e na realização de centros catequéticos em São Paulo, semente dos atuais cursos de teologia para leigos nas regiões e das Escolas da Fé paroquiais.⁴⁶

2.2.2. *Cursos de atualização pastoral*

Procurando formar o clero na dinâmica do Concílio Vaticano II e em vista da utilização da Casa da Penha, se iniciou uma série de cursos de Atualização Pastoral. Os padres realizaram 4 semanas de estudos intensivos, mas separados de um período de mês e meio quando, em casa, deveriam estudar os documentos conciliares que são o objeto de considerações da semana seguinte.

A Região Leste providenciou cursos no Morumbi sob a orientação de D. Ivo Lorscheiter e Monsenhor Didonet. Em 1967, cerca de 250 sacerdotes passaram por estes cursos. Enquanto isto, mais de 500 religiosas realizaram

⁴⁶ SOUZA, N., *Catolicismo em São Paulo*, p. 505.

este tipo de formação, inclusive as de clausura, realizados no Mosteiro da Luz.⁴⁷ Aqui vai se percebendo o grande interesse do arcebispo na aplicação do Vaticano II, porém num formato de recepção que não visa propriamente a mudança da estrutura institucional.

2.2.3. Coordenação Pastoral Arquidiocesana

Com a criação das regiões episcopais, sentiu-se logo a necessidade de um órgão coordenador mais eficiente que um simples Secretariado Arquidiocesano de Pastoral. Assim, foi criada uma Coordenação Pastoral arquidiocesana como executivo das deliberações tomadas pelo *governo* arquidiocesano, nas reuniões semanais dos bispos auxiliares e vigários episcopais com o arcebispo. Além do arcebispo e de seu Vigário Geral tomavam parte na Coordenação de Pastoral os bispos auxiliares, os vigários episcopais e os membros do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral e os secretariados regionais de Pastoral. A Coordenação se reunia semanalmente e informava também como se estava executando as deliberações tomadas em reuniões anteriores nas diversas regiões da Arquidiocese.

Formalmente no dia 6 de agosto de 1967 teve início o Instituto Social Justiça e Paz. Participaram do evento mais de 40 pessoas de grande destaque na sociedade de São Paulo, cidade e Estado. O cardeal, com este Instituto pretendeu reunir as diferenças sociais para um diálogo fraterno. Além disso, o Instituto acompanhava a execução da solução de problemas sociais e para preparar Semanas Sociais para São Paulo. Evidentemente, a proposta era de reforma e não de transformação e se adequava dentro do programa de episcopado do cardeal Rossi.⁴⁸ Assim, foram sendo implantadas algumas atividades que, no entender de D. Agnelo, seriam a recepção do Vaticano II na arquidiocese de São Paulo.

Conclusão

O estudo de algumas atividades deste biografado no artigo, cardeal Rossi, poderia levar a concluir que somente a sua figura foi de importância e relevância para a recepção conciliar em São Paulo. Sem dúvida, as condições

⁴⁷ SOUZA, N., *Catolicismo em São Paulo*, p. 506.

⁴⁸ SOUZA, N., *Catolicismo em São Paulo*, p. 507-508.

que precederam o Vaticano II facilitaram a ação do bispo e a recepção conciliar. Entre elas estão os movimentos apostólicos leigos afinados com os rumos das reformas conciliares, especialmente o movimento do apostolado dos leigos e leigas, concretizado nos ramos juvenis da Ação Católica (Juventude Agrária Católica, a JAC; Juventude Estudantil Católica, a JEC; a Juventude Independente Católica, JIC; a Juventude Operária Católica, a JOC e a Juventude Universitária Católica, a JUC), o movimento litúrgico e o movimento bíblico.

A criação da Conferência dos Bispos do Brasil (1952) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (1954). A primeira, resultado das articulações do Assistente Geral da Ação Católica Brasileira, padre Helder Pessoa Camara. Outra estrutura de articulação em nível continental foi o Conselho Episcopal Latino-Americano (1955), criado durante a I Conferência do Episcopado (1955). Estes organismos tiveram papel fundamental durante o Concílio e na sua recepção. Outro destaque merece o Plano de Emergência (1962), dez anos depois da criação da CNBB.

Durante a realização do Vaticano II outras condições foram acontecendo e oferecendo possibilidades reais da concretização de uma recepção conciliar no Brasil e, particularmente, em São Paulo. Os bispos brasileiros moraram juntos em Roma durante a celebração do Concílio, na casa da Ação Católica Italiana, a *Domus Mariae*, situada na Via Aurélia, não muito distante da Basílica de São Pedro e próxima ao Colégio Pio Brasileiro. A casa era confortável e enorme, oferecendo possibilidades não só de repouso, mas de convivência, estudo e reuniões deste episcopado.

A casa foi palco de diversas conferências realizadas por teólogos conhecidos, como Karl Rahner, servindo não só de atualização, mas de aprendizado para o episcopado brasileiro. Para os bispos estes encontros foram a realização de uma grandiosa universidade. Para o próprio cardeal Rossi o estudo foi de grande importância e, assim, escrevia ao laicato: “Fomos alunos da melhor e mais importante Universidade do mundo. Voltamos aos bancos escolares, tendo como companheiros e mestres, homens de todas as raças e de todos os povos...”.⁴⁹ Outros dois fatores de relevância para a recepção do Vaticano II, no Brasil e em São Paulo, foram as duas assembleias da CNBB realizadas, uma durante a terceira sessão conciliar em 1964, para a mudança dos estatutos e adequação antecipada das estruturas da entidade, para a

⁴⁹ KLOPPENBURG, B., Concílio Vaticano II, p. 355.

aplicação do Concílio e a eleição da nova diretoria; a outra, extraordinária, ao longo dos três meses da última sessão, de setembro a novembro de 1965, dedicada à discussão e aprovação do Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), destinado às adaptações e peculiaridades brasileiras para a recepção conciliar. Para uma implantação do Vaticano II no Brasil, houve também uma outra prova de fogo, sendo esta na esfera da liturgia. A CNBB conferiu com mais de 90% de votos um mandato para a realização deste enorme serviço a Dom Clemente Isnard OSB para a implementação da reforma litúrgica no Brasil.

Estes fatores, locais e gerais, possibilitaram ao arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rossi, o início da recepção do Vaticano II em terras paulistanas. Sua atuação foi relevante, porém sem estes fatores elencados nestas considerações, suas atividades teriam sido difíceis ou até sem nenhum resultado. Seu bispo auxiliar, depois arcebispo, Paulo Evaristo Arns, levou a continuidade da recepção com enorme criatividade, indo além da aplicação e possibilitando a “infiltração”.

Referências bibliográficas

ALBANEZ, J. **Chancelaria do Arcebispado**. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. São Paulo: [s.n.].

BRIGHENTI, A. O processo de recepção de um Concílio na Igreja: conceituação teológica e operacional. **Revista Encontros Teológicos**, v.17, n.33, p. 41-56, ago./nov. 2002.

BRIGHENTI, A.; TAMAYO, J. J. (Orgs.). **Dom Paulo**. Testemunhos e memórias sobre o cardeal dos pobres. São Paulo: Paulinas, 2018.

CATÃO, F. A. C. O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação. In: BOMBONATO, V.; GONÇALVES, P. S. L. (Orgs.). **Concílio Vaticano II Análise e prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: CONCÍLIO VATICANO II. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. São Paulo: Vozes, 2015. p. 37-118.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina. In: CONCÍLIO VATICANO II. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. São Paulo: Vozes, 2015. p. 119-140.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a

Sagrada Liturgia. In: CONCÍLIO VATICANO II. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. São Paulo: Vozes, 2015. p. 257-306.

CONGAR, Y. A recepção como realidade eclesiológica. **Concilium** (Br), n.77, p. 886-907, 1972.

CONGAR, Y. **Un Pueblo messiânico**. La Iglesia, sacramento de la salvación. Salvación y liberación. Madrid: Cristiandad, 1976.

CONSTITUIÇÃO/ATAS da Assembleia Geral de 1965, 3-2-22. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. **Jornal O São Paulo**, 31 de outubro de 1970. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

DIAFÉRIA, L. **A caminhada da esperança**. São Paulo: Loyola, 1996.

GADAMER, H. G. **Truth and Method**. New York: Continuum, 1975.

GODOY, M. **Presbiterorum Ordinis**. Texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012.

LUSTOSA, O. F. **A Igreja Católica no Brasil Republica**. São Paulo: Paulinas, 1991.

KLOPPENBURG, B. **Concílio Vaticano II**. Primeira Sessão, 1962. Petrópolis: Vozes, 1963.

MURRAY, A. Religion Among the Poor In Thirteenth Century France. **Traditio**, n.30, p. 285-324, jan. 1974.

PINHO, J. E. B. **A recepção como realidade eclesial e tarefa ecumênica**. Lisboa: Didaskalia, 1994.

PLANOS DIVERSOS (1964-1969), 57-2-65. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

ROSSI, A. **Chancelaria do Arcebispado, Anotações**. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. São Paulo: [s.n.].

ROSSI, A. Despedida. **Jornal O São Paulo**. São Paulo, 31 de outubro de 1970.

ROSSI, A. **Flores em meus 50 anos de sacerdócio**. Campinas: PUCCAMP, 1987.

ROUTHIER, G. **La réception d'un concile**. Paris: Cerf, 1993.

SCHMIDT, B. História e biografia. In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C. F. (Orgs.). **Novos domínios da História**. Campinas: Campus, 2012.



SOUZA, N. **Catolicismo em São Paulo**. 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 2004.

SOUZA, N.; SOBRINHO, F. C. D. Vaticano II e aspectos de sua recepção no ABC paulista. **Atualidade Teológica**, v.19, n.50, p. 361-363, mai./ago. 2015.

SOUZA, N.; TONETI, E. D. 15º Encontro Nacional de Presbíteros. **Concílio Vaticano II e os Presbíteros no Brasil**: testemunhas de fé, esperança e caridade. Aparecida: [s.n.], 2014.

THEOBALD, C. **A recepção do Concílio Vaticano II**. Acesso à fonte. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2013. v.1.

Ney de Souza

Pós doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro

Doutor em História Eclesiástica pela Pontifícia Università Gregoriana

Docente no Programa de Pós-Graduação em Teologia Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo

São Paulo/SP – Brasil

E-mail: nsouza@pucsp.br

Recebido em: 23/05/18

Aprovado em: 25/09/19

